

MUDANÇA LINGUÍSTICA EM PORTUGUÊS: ASPECTOS SOCIOLINGUÍSTICOS DA NEOLOGIA

Joana Castro Fernandes

Instituto Superior de Contabilidade Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto

Portugal

joanaf@iscap.ipp.pt

O nacionalismo é um patriotismo activo. Pretende defender a pátria das influências que possam perverter a sua índole própria, venham essas influências de dentro, como certos regionalismos, venham de fora, como certos estrangeirismos ou internacionalismos. Há porém regionalismos que não só são inofensivos mas proveitosos à nação; há também influências estrangeiras e internacionais que são úteis e aproveitáveis. O caso é que umas e outras sejam assimiladas, isto é, convertidas na substância de índole nacional.

Fernando Pessoa (1997:68)

Sinopse

Neste estudo, proponho-me reflectir sobre o conceito de neologismo, com vista a analisar o contributo deste fenómeno para a mudança linguística do português. Discutirei a relevância de alguns dos critérios propostos por Cabré (1993) e pela Rede Panlatina de Terminologia para a identificação do fenómeno neológico, sustentando-me na observação de dados linguísticos relacionados com o domínio da *aprendizagem electrónica*. É meu propósito ponderar as motivações sociolinguísticas da neologia e analisar possíveis implicações deste processo de criação lexical no tecido linguístico português contemporâneo e no contexto educativo do ensino superior.

Palavras-chave

Neologismo, mudança semântica, aprendizagem electrónica, sociolinguística

Key Words

Neologism, semantic change, e-learning, sociolinguistics

1. Hipótese e objetivos do estudo

Entre os múltiplos domínios passíveis de observação no discurso oral e escrito do ensino superior português, encontram-se inúmeros casos merecedores de análise linguística. No âmbito das metodologias de aprendizagem, o domínio do *E-learning* (que a partir de agora designarei *aprendizagem electrónica*) exhibe um excesso de elementos alógenos, que se consubstanciam em palavras *mais ou menos novas* e morfológicamente decalcadas do sistema linguístico do inglês.

Julgo haver evidências empíricas para acreditar que muitas palavras construídas com base no *plágio* morfológico auspiciam integrar formalmente tanto o discurso corrente, como o discurso de especialidade, sem que antes hajam sido alvo de uma intervenção linguística coerente por parte de terminólogos.

É meu objectivo procurar compreender os factores linguísticos e sociológicos que, num cenário apocalíptico, podem levar a um *linguocídio* do português enquanto veículo de ciência. Ressalvo que, por se aproximar mais de um ensaio, este é um estudo de carácter empírico, interpretativo e especulativo, pelo que não obedece a quaisquer princípios metodológicos de um trabalho terminológico, constituindo apenas uma primeira reflexão sobre aspectos que poderão merecer posterior desenvolvimento.

2. Terminologia, neologia e neónimia

Em meados da década de noventa do Século XX, Mário Vilela (1995), apontava já a questão terminológica como um dos maiores problemas da língua portuguesa, advertindo que os princípios clássicos estabelecidos com base no modelo greco-latino não seriam de todo suficientes para acomodar a multiplicidade de tecnolectos vazada para a nossa língua. Referia igualmente o facto de, enquanto país importador de tecnologia, Portugal ficar inelutavelmente condicionado à dependência terminológica da língua que tivesse um estatuto económico, académico e cultural hegemónico: o inglês norte-americano.

Mais de dez anos volvidos, as afirmações do linguista têm particular actualidade. Retomando a sua linha de pensamento, não obstante as conotações disfóricas da palavra *problema*, esta retrata a profunda mudança linguística do português sincrónico que qualquer falante pode testemunhar, mesmo não sendo capaz

de a descrever sistematicamente. No que respeita à matéria linguística observável, essa mudança corporiza-se, entre outros aspectos, na proliferação do que designamos neologismos.

São sobejamente discutidas entre os linguistas as razões que promovem a emergência de palavras novas: perante as transformações sociais, económicas e culturais, a comunidade linguística recorre ao processo criativo, total ou parcial, fazendo uso de princípios vernáculos, socorrendo-se da importação, ou efectuando expansões semânticas (atribuindo novos significados a palavras já existentes).

Formalmente, entende-se por neologismo uma unidade lexical que não se encontra registada nos dicionários representativos do património linguístico de uma comunidade. Por conseguinte, do ponto de vista diacrónico, tal unidade encontra-se ainda em processo de integração no léxico. Porém, poderá haver palavras que, não chegando a generalizar-se, perecem, mais não tendo sido do que um modismo ou um barbarismo transitório¹.

Segundo os critérios propostos por Cabré (1993), neologismos são itens lexicais percebidos pelos falantes como novos, que cumulativamente apresentam indícios de instabilidade ortografia, fonética e morfológica.

2.1 Neologismos e neónimos

Cumpram também referir que os neologismos são categorias super-ordenadas, ou hiperónimos, pois comportam, a um nível hierarquicamente inferior, um outro conceito: o de neónimo. Ainda que ambos sejam signos linguísticos que evidenciam mutações sociais de um determinado momento histórico, os neónimos são neologismos terminológicos que nascem, não no uso linguístico comum ou nos textos de divulgação e de banalização do conhecimento, mas no interior da comunidade de especialistas de um determinado domínio; por conseguinte, podem ser encontrados em textos científicos, técnicos e oficiais.

De acordo com a REALITER (Rede Panlatina de Terminologia - <http://www.realiter.net>), podemos distinguir três tipos de neologia: *formal*, *semântica* e *por empréstimo*. Um neologismo formal corresponde a uma substância significante

¹ Entende-se por *modismo* um item lexical ou uma construção sintáctica aceite temporariamente no uso linguístico, mas que poderá contrariar os princípios normativos da gramática. Um *barbarismo* será uma palavra ou construção estrangeira incorrectamente aportuguesada. (Cf. E. Estrela, 2004)

nova, não existente num estado anterior da língua. Por exemplo, *e-terminos*, *e-mobilidade*. Um neologismo semântico implica uma nova associação significado/significante. Trata-se de uma palavra já existente, que ganha uma nova acepção. Em terminologia da linguística cognitiva, diremos que ocorre uma extensão semântica, a partir de um núcleo prototípico, por via de uma metáfora ou de uma metonímia conceptuais. Por exemplo: *contrato de estudos*. A neologia por empréstimo corresponde à importação directa de palavras, como é o caso de *e-learning*.

2.2 Critérios para identificação de fenómenos de neologia e de neónímia

A REALITER sugere quatro parâmetros a considerar aquando das pesquisas em neologia: a *diacronia* - uma unidade lexical é considerada neológica se integrou o uso num período recente; a *lexicografia* - uma unidade lexical é neológica se não se encontra registada nos dicionários de linguagem geral e nos dicionários especializados ou terminológicos; a *novidade* - uma unidade lexical é tida como neológica se é sentida como nova pelos sujeitos falantes; a *instabilidade* - um conceito novo apresenta, alternativamente, duas ou mais denominações neológicas diferentes, o que provoca variação denominativa².

3. Estudo de um caso

O domínio da *aprendizagem electrónica* é, como já referi, uma área de conhecimento particularmente privilegiada para investigar o tema em discussão, pois *herdou* algumas *convenções* de criação lexical e algumas metáforas já cristalizadas na terminologia associada à internet. Por outro lado, uma fatia significativa dos utilizadores deste vocabulário é parte integrante de uma massa crítica, para quem a precisão denominativa e o rigor conceptual são princípios estruturantes de um

² Cf. http://www.realiter.net/barcelona/alves_desmet.htm. (página consultada de 2 a 16 de Junho de 2006).

trabalho intelectual sério.

Porei de parte, nesta fase, questões que podem ser da maior pertinência num estudo mais aturado: não discutirei se os exemplos que me proponho analisar são, ou não, neónimos (ainda que empiricamente assim o creia), porque tal exigiria a constituição criteriosa de um *corpus* de extração. Por agora, pretendo apenas discutir aspectos linguísticos relacionados com o processo de criação lexical.

Se aceitarmos que os critérios propostos quer pela REALITER, quer por Cabré (1993:445), consideraremos que, nas seguintes situações, estamos muito provavelmente perante unidades neológicas, dado qualquer uma delas evidenciar indícios de instabilidade morfológica, fonética ou ortográfica:

Termo-origem	Proposta neológica divulgada no uso linguístico	Fonte de consulta
<i>e-learning</i>	aprendizagem electrónica	APDSI (consultada em 10/03/06)
	ensino a distância	APDSI (consultada em 10/03/06)
	formação à distância pela internet	CIAL (consultada em 10/03/06)
	<i>e-learning</i>	Universidade Católica Portuguesa/ Instituto de Ensino e de Formação à Distância (consultada em 27/02/06)
	e-formação, aprendizagem electrónica, ciberformação	Revista Europeia de Formação Profissional, nº 32 (consultada em 16/06/06)
<i>e-terms</i>	e-terminos	M. Antunes <i>et al.</i> (s./d.)
<i>e-mobility</i>	e-mobilidade	APDSI (consultada em 10/03/06)
<i>b-learning</i>	metodologias mistas de formação	Universidade Católica Portuguesa/ Instituto de Ensino e de Formação à Distância (consultada em 27/02/06)
<i>m-learning</i>	<i>m-learning</i>	Jornal <i>Expresso</i> (25//02/06)
<i>m-portal</i>	m-portal	Jornal <i>Expresso</i> (25//02/06)
<i>e-contents</i>	e-conteúdos	Jornal <i>Expresso</i> (25//02/06)
<i>e-contexts</i>	e-contextos	Jornal <i>Expresso</i> (25//02/06)
<i>Edutainment</i>	<i>edutainment</i>	Jornal <i>Expresso</i> (25//02/06)
<i>e-learning methodologies</i>	metodologias de <i>e-learning</i>	Jornal <i>Expresso</i> (25//02/06)

Tabela 1- Alguns dados linguísticos do domínio da *aprendizagem electrónica*.

Qualquer dos exemplos é fragmento de um sociolecto instável que plasma, nas suas realizações linguísticas, a prevalência da cultura anglo-saxónica e a urgência de nomeação, materializadas em configurações linguísticas que não contemplam as regras fonológicas e morfológicas da língua portuguesa. Por outras palavras, é possível detectar algumas inconsistências que passo a problematizar:

- a) Inconsistência na denominação – existência de diferentes alternativas no

plano diastrático e diafásico;

b) Hibridismo e instabilidade na formação morfológica;

c) Ambiguidade de estatuto gramatical.

No caso de *e-learning*, estamos perante a já definida *instabilidade*, dado registarem-se diferentes alternativas de nomeação que incluem o recurso ao empréstimo directo, à criação de expressões analíticas e ao aportuguesamento parcial dos termos: *aprendizagem electrónica*, *ensino à distância*, *formação à distância pela internet*, *e-learning*, *e-formação* e *ciberformação*. Aliás, estas são algumas das opções que nem necessitam de ser atestadas, pois encontram-se sobejamente divulgadas no discurso oral e escrito sincrónico. Todavia, empiricamente, diria que a forma preferencial de nomeação será *e-learning*.

Uma pesquisa bibliográfica em papel e através da internet permite verificar que há já um considerável trabalho de investigação nesta matéria. Veja-se, por exemplo, esta ficha terminológica publicada num glossário da *Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação*:

aprendizagem electrónica, <i>s.f.</i>	educação electrónica, <i>s.f.</i>
<p>[<i>sin.</i>] aprendizagem em linha [<i>en.</i>] e-learning electronic learning online learning [<i>def.</i>] Acesso a uma formação em linha, interactiva e por vezes personalizada, difundida através da Internet, de uma <i>intranet</i> ou de outro meio de comunicação electrónico, tornando o processo de aprendizagem independente da hora e do local. Nota: Como é um método menos dispendioso e não está constrangido por considerações geográficas, é extremamente útil em situações em que o ensino tradicional não é possível, como é o caso de trabalhadores e estudantes com dificuldades de horário ou a viver em locais remotos. [<i>v.tb.</i>] educação electrónica</p>	<p>[<i>en.</i>] e-education electronic education [<i>def.</i>] Orientação remota da actividade de aprendizagem de pessoas geograficamente distantes do centro de educação, num ambiente Internet ou similar, com recurso a técnicas electrónicas de comunicação (correio electrónico e conversa interactiva, entre outros). [<i>v.tb.</i>] aprendizagem electrónica</p>

Tabela 2 - Fichas terminológicas retiradas do Glossário da Sociedade de Informação, APDSI Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Será essencial desenvolver um trabalho similar no domínio da *aprendizagem electrónica* para impedir atempadamente que proliferem alternativas de nomeação desnecessárias, que poderão provocar ambiguidades indesejáveis no plano diastrático. Para além disso, será igualmente imperativo promover estratégias para incorporar os resultados da investigação académica desta área no funcionamento linguístico.

Retomemos a análise em curso. No que diz respeito à ocorrência de compostos

que designarei *híbridos*³, como é o caso de *e-contextos*, *e-conteúdos*, estes dados linguísticos suscitam uma observação criteriosa, pois subvertem a mais elementar regra de colocação sintáctica, identitária da língua portuguesa: a colocação do adjectivo em posição pós-substantival, quando esse atributo representa uma qualidade objectiva. No entanto, é inegável que esta estrutura, que passarei a designar [e-palavra], se revela produtiva pelas inferências metafóricas que permite efectuar, gerando uma possibilidade combinatória não só virtualmente infinita, como ainda económica, ao encurtar a extensão da forma gráfica (representando a abreviação de electrónico ou que é relativo a internet).

Fica uma dúvida: trata-se de uma opção linguisticamente inteligente, que evidencia criatividade lexical e estilística, ou de uma formação morfológica resultante do decalque acrítico e decorrente do desconhecimento das regras de boa formação da língua portuguesa? Por último, sendo o estatuto morfológico destas palavras igualmente ambíguo, levanta-se uma outra dúvida: são elas formadas por composição? Trata-se de truncação ou de um mero fenómeno de derivação lexical?

4. Alguns aspectos sociolinguísticos

É chegado o momento de retomar a epígrafe deste artigo. Há cerca de um século, Fernando Pessoa reconhecia, nos seus fragmentos manuscritos sobre a língua portuguesa, que as influências estrangeiras podem não só ser úteis como aproveitáveis, o que se espera é que sejam convertidas em *substância de índole nacional*.

À primeira vista, a urgência ditada pela *cultura informática* e pelos meios de comunicação, em geral, tem efeitos linguísticos muito poderosos, contraditórios e, arriscar-me-ia a dizer, perversos – a pressão de nomear em língua materna uma dada categoria linguística e a necessidade de reflectir em profundidade sobre a estrutura fonética e morfológica que melhor servirá a nova palavra digladiam-se⁴. Este duelo é

³ Na gramática tradicional, *formas híbridas* são aquelas que resultam da combinação de elementos eruditos (provenientes do grego ou do latim) e de elementos não-eruditos (Cf. E. Estrela *et al.*, 2004). Neste artigo, designo *formas híbridas* aquelas que são morfológicamente compostas por um elemento de origem anglo-saxónica e um elemento português.

⁴ Como adverte Margarita Correia: “Os neologismos resultantes de importação devem ser alvo de uma atenção redobrada por parte do terminólogo encarregado de elaborar as suas propostas de normalização. Se essa atenção não se verificar, estas unidades poderão vir a provocar perturbações no sistema fonológico, morfológico ou ortográfico da língua de acolhimento, tanto mais graves quanto

já um clássico travado entre o uso e a norma, sendo que mesmo que esta última vença, se for imposta tardiamente, acaba por não conquistar aceitação. Fica a impressão de que, em Portugal, não obstante o meritório trabalho dos investigadores, são inúmeros os domínios linguísticos deixados à mercê do acaso, o mesmo será dizer, à mercê dos complexos de inferioridade de muitos falantes que, apesar do seu grau elevado de escolarização, sub-valorizam o potencial criativo da sua língua materna e sobre-valorizam os efeitos retóricos e estilísticos do inglês⁵.

Concordo com Margarita Correia, quando a linguista refere que os neologismos não são *uma praga, mas um sinal de vitalidade da língua* (2003) (<http://ciberduvidas.sapo.pt/controversias>). Porém, uma língua que importe indiscriminadamente de ser utilizada em contextos de comunicação científica e técnica, factor que pode conduzir a uma perigosa obsolescência.

Talvez o fundamental seja promover a mudança de atitude, pois, como já referi, por razões de prestígio económico e de estatuto hegemónico, o discurso oral e escrito de muitas áreas científicas é frequentemente pejado de estrangeirismos (anglicismos). E mesmo que haja propostas nacionais que respeitem os cânones gramaticais da língua, a preferência de nomeação dos falantes tende a ser a do termo da língua-origem.

Teremos também de assentir que se por um lado os estrangeirismos e os neologismos são um sinal de vitalidade, de flexibilidade e de criatividade na linguagem comum e no discurso de vulgarização do conhecimento (não raro motivado pela urgência patológica de *informar*), nas comunidades especializadas eles podem ser um sinal de laxismo e de uma inaceitável cultura há muito plasmada no conhecido aforismo *mais vale parecer do que ser*. Em particular, quando falamos de terminologias associadas ao ensino superior, a comunidade que as utiliza é uma massa crítica, a quem compete fazer prevalecer uma outra máxima: a de que a *pressa é inimiga da perfeição*. O decalque do modelo empresarial, no qual o conceito *inovação* assume vital importância para a sobrevivência, pode subverter os objectivos primordiais deste grau de ensino.

As mudanças pedagógicas devem ser precedidas de reflexão criteriosa, sendo que essa reflexão implica o uso de uma terminologia consistente. Nesta área, tal

maior for a divulgação que o termo vier a conhecer”. (1998: s./p.)

⁵ No discurso coloquial anónimo são inúmeros os comentários-cliché (marcadores de um estereótipo nefasto), que evidenciam a referida atitude. Eis alguns exemplos: “em português *x* não fica/não soa bem”, “em português não há tradução para *y*”.

premissa é uma prioridade absoluta. Se não for possível instalar uma cultura de rigor e de neutralidade no meio universitário, poderemos desistir de o fazer em qualquer outra área da nossa vida social. Não podemos aceitar que a *lei-do-menor-esforço* que rege a emergência de muitas produções linguísticas seja extensível à universidade. Neste meio, tem de prevalecer por excelência o discurso de especialidade, tal como é definido por Rute Costa (1993:22):

A língua de especialidade visa a intelectualização, ou seja, a precisão semântica, a neutralidade emotiva, a economia formal e semântica e a sistematização conceptual.

Os fenómenos que são aceitáveis em língua corrente não são necessariamente aceitáveis em língua de especialidade. Em meu entender, de alguma forma, a língua corrente opõe-se à língua de especialidade, tal como a linguagem falada se opõe à linguagem escrita. Nas palavras de Fernando Pessoa, a linguagem falada é *natural e democrática*, a linguagem escrita é *civilizacional e aristocrática*. Ainda que os atributos que o poeta escolheu possam proporcionar alguma ambiguidade, a língua de especialidade será sempre uma variante diastrática de uma elite cultural e científica, que tem por seu dever profissional categorizar e nomear com precisão o mundo sensório.

Por outro lado, a questão da fixação terminológica no ensino, em particular, levanta problemas epistemológicos interessantes. Será actividade terminológica, pelo seu carácter fundamentalmente normativo, um regresso desejado à concepção tradicional da metafísica ocidental?

Estou consciente que as observações linguísticas tecidas neste ensaio pecam de efemeridade, dado tratar-se de uma reflexão sincrónica; todavia, as considerações sociolinguísticas levantam questões merecedoras de uma reflexão mais aprofundada no âmbito epistemológico.

Bibliografia

ANTUNES, Mafalda *et al.* s./d. “E-terminos: descrição e hipótese de classificação”. In Amália Mendes & Tiago Freitas, (orgs.) *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (APL)*, Lisboa: APL & Colibri, pp. 121-130.

CABRÉ, M. Teresa. 1993. *La terminología: Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida / Empúries.

- CORREIA, Margarita. 1998. "Neologia e Terminologia". in *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*. Lisboa: Publicações Europa-América, pp. 59-74. Versão em linha (consultada em 28 e 30 de Maio de 2006).
- COSTA, Rute. 1993. *Terminologia da Economia Monetária. Relações Conceptuais e Semânticas numa Sistemática Terminológica e Lexicográfica*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, Rute. 2005. "O ensino da Ciência e da tecnologia em Português: uma questão de Terminologia". In *Actas do I Congresso Bienal - A Língua Portuguesa na CPLP. Sonhar e realizar em Português*. Viseu: Instituto Piaget [no prelo].
- CRATO, Nuno. 2006. *O "Eduquês" em Discurso Directo. Uma Crítica da pedagogia Romântica e Construtivista*, Lisboa: Gradiva.
- CUNHA, Celso/ Cintra, Lindley. 1991. *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Nova Fronteira.
- ESTRELA, Edite et al. 2004. *Saber Escrever. Saber falar. Um Guia Completo para Usar Correctamente a Língua Portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote.
- LAPA, M. Rodrigues. 1984. *Estilística da Língua Portuguesa*, 11ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora Limitada.
- PESSOA, Fernando [Luísa Medeiros ed.]. 1997. *A Língua Portuguesa*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- SEARLE, John. 1993. "Rationality and Realism, What is a Stake?" In *Journal of the American Academy of Arts and Sciences*. The American Research University: Vol.122, nº 4, pp.3-27.
- VILELA, Mário. 1995. "As Terminologias e a Língua Portuguesa". In *Léxico e Gramática*, Coimbra: Almedina.
- VILELA, Mário. 1999. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- XAVIER, F. & M.H.M. MATEUS (orgs.). 1992. *Dicionário de Termos Linguísticos*, vol. II. Lisboa: Edições Cosmos.